

Classes gramaticais: um tratamento historiográfico – século XX

Neusa Bastos

NEL-UPM – IP-PUC/SP

nmbastos@terra.com.br

Data de receção do artigo: 17-06-2012

Data de aceitação do artigo: 08-07-2012

Resumo

Enfocando a organização das partes da gramática, no que tange ao tema linguístico: classes gramaticais, numa perspectiva historiográfica. Com base em Koerner (2007) e Swiggers (2009), procedeu-se à seleção, à ordenação, à reconstrução e à interpretação das fontes coligadas: obra gramatical de Cândido de Figueiredo (1920), abordagem da Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira de Cândido de Oliveira (1960) e obra gramatical de Gladstone Chaves de Melo (1968). Constatou-se que, entre 1920 e 1960, o tratamento dado às classes gramaticais apresentou algumas alterações discutidas neste trabalho.

Palavras-chave: Historiografia Linguística – gramática portuguesa – classes gramaticais

Abstract

Focusing the grammar parts' organization regarding the linguistic theme parts of speech in a historiographic perspective on the basis of Koerner (2007) and Swiggers (2009), there has been proceeded the selection, ordering, reconstruction and interpretation of the collected sources: the grammatical title by Cândido de Figueiredo (1920), an approach of the New Brazilian Grammatical Nomenclature by Cândido de Oliveira (1960), and the grammatical title by Gladstone Chaves de Melo (1968). It has been verified that, between 1920 and 1960, the treatment given to parts of speech has presented some alterations discussed in the present assignment.

Keywords: Linguistic Historiography – Portuguese Grammar – Parts of Speech

O processo de descrição e compreensão dos fenômenos linguísticos baseia-se nas reflexões acerca da língua, empreendidas por um sujeito enunciador que possui uma obra particular ou um conjunto de textos, merecedores de observação para que se constitua um corpus e, partir dele, se faça historiografia. Assim, o sujeito-autor se insere num contexto em que várias tradições interferem como a etnia, a localização, o tempo, a cultura, todos formadores de um vasto campo entretecido por sujeitos, grupos de intelectuais e por pensamentos de época, marcadores de uma produção em linguagens variadas que delineiam uma época.

Para que se estude uma produção linguística inserida em determinada época, lugar, autor, seguimos Koerner (2007: 23) que declara a necessidade de se recordarem as condições socioeconômicas particulares, os acontecimentos históricos, as situações políticas que têm considerável influência na motivação para se apresentar a história de uma disciplina. Procede-se, então, ao aprofundamento de conhecimentos nos vários campos, o que demanda uma amplitude de estudos que visam a cumprir a tarefa de descrever, interpretar e explicar o havido sobre a língua. Para isso, selecionam-se, ordenam-se, reconstroem-se e interpretam-se as fontes coligidas sob as perspectivas interna e externa e analisa-se o documento que, neste momento, se refere aos períodos: década de 1920, início do século XX, com o estudo da obra gramatical de Cândido de Figueiredo (1960) e década de 1960, segunda metade do século XX, com a abordagem da Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), com Comentários, Definições e Exemplos de Cândido de Oliveira (1960) e com a obra gramatical de Gladstone Chaves de Melo (1968), enfocando a organização das partes da gramática, no que tange ao tema linguístico: classes gramaticais.

Esta investigação centra-se na Historiografia da Linguística que, de acordo com Koerner (2007: 61), é a interpretação do nosso próprio passado linguístico como uma parte integral da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada sobre princípios de investigação bem definidos que podem rivalizar, em termos de solidez e método de investigação, com os da própria linguística.

Na obra selecionada, com disponibilidade a acessibilidade das fontes, buscamos apresentar – descrevendo, interpretando e explicando – o passado linguístico português imbricado ao brasileiro desde a colonização e com fortes laços a partir do século XX, tomando

por base as concepções linguísticas, educacionais e culturais dos dois momentos, visando ao contato com as ideias sobre a linguagem e as propostas de descrição e explicação do mesmo em contexto pedalinguístico, que entendemos como Luna (2011: 147), como em uma série de fatores relacionados: políticos, sociais e educacionais intervenientes diretos no conteúdo e no desenvolvimento do ensino.

Respeitando a dimensão combinatória, focamo-nos numa historiografia correlativa (Swiggers, 2009: 71), fixando-nos no estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista em linguística e o contexto sócio-cultural, político, institucional, considerando o problema da necessidade de mudança havida nos quarenta anos em questão. Assim, a partir das três perguntas que problematizam o tema (quais aspectos científicos do espírito de época estão presentes nas obras selecionadas?; essas obras têm servido de modelo para obras gramaticais surgidas após a sua publicação?; a sua estrutura mostra uma ruptura em relação à produção gramatical anterior?), dedicamos nossa atenção, primeiramente, ao panorama linguístico cultural do século XX em duas décadas, a de 1920 e a de 1960 e, em seguida, às ideias linguísticas nas obras de Figueiredo (1920), de Oliveira (1960) e de Melo (1968).

O espírito de época sob duas perspectivas: externa e interna

Com vistas ao entendimento da política educacional e linguística dos dois países em foco: Portugal e Brasil, no início e em meados do século XX (décadas de vinte e de sessenta), abordamos os momentos decisivos das relações políticas e sociais que levaram ao estabelecimento do planejamento organizacional amplo como diretriz para a formalização linguístico-educacional dos povos português e brasileiro, bem como os atos políticos, os processos institucionais, as investigações linguísticas e as práticas pedalinguísticas que interferiram no campo das línguas.

Sabedores da época de prosperidade que o Brasil imprimiu a Portugal no século XVIII, fazendo-o “respeitado uma vez mais entre as nações civilizadas da Europa” (Marques, 2003: 402), delineiam-se os séculos XIX e XX numa imensa agitação cultural que leva ao crescimento do Brasil o que provoca interesse em todo o mundo civilizado, despertando a cobiça dos europeus pelo país-continente que despertava.

Com a sede do governo português transferida da Europa para o Brasil no início do século XIX, várias medidas educacionais e culturais foram tomadas com a abertura dos portos às nações amigas e a instituição de academias entre elas a de Belas Artes que conduziu, praticamente, o caminho da arte nacional. Já na segunda metade do século XIX, tornou-se um centro de difusão de novos ideais estéticos e educativos, o que parece ter sido o primeiro movimento no sentido de estimular o desenvolvimento intelectual no Brasil.

No início do século XX, houve expansão econômica de Portugal advinda da política governamental de rede de transportes e comunicações, entretanto, o país exportava duas vezes menos aquilo que importava o que provocou déficit na balança comercial, apenas minorado pelas divisas estrangeiras que os imigrantes no Brasil enviavam às famílias. Houve também a legalização da entrada de toda e qualquer ordem religiosa que se dedicasse à assistência ou à educação, incentivando-se, então, os núcleos de instrução gratuita e aberta a todas as classes. Mesmo assim, havia grande descontentamento social, uma vez que o analfabetismo dominava a maior parte da população, presa fácil para políticos e filósofos ligados à burguesia e à aristocracia. A reação, por meio da revolução liberal, veio acompanhada de política ampla voltada à instrução de todos os cidadãos. Para isso, Portugal cuidou da situação econômica dos professores, proclamou a liberdade de ensino e promoveu a abertura de 59 escolas normais para a formação de professores.

A formação de um grande contingente de pessoas de boa qualidade nas academias de artes e de letras e na Universidade de Coimbra contribuiu para que, nos primeiros anos do século XX, o país tivesse um lugar honroso entre as nações civilizadas do globo. Criaram-se também as Universidades de Lisboa e do Porto, havendo, simultaneamente estímulo à produção literária, com publicações de artigos em revistas ou de novelas e romances em forma de folhetim nos jornais diários o que levou ao culto pela arte de bem escrever e de bem falar, revelando elegância e qualidade de estilo, postura condizente com a manifestação literária da época.

Como em todos os momentos da história, forças opostas levaram a desentendimentos e rivalidades que provocaram uma instabilidade, agradavam-se os burgueses, desagradavam-se os operários, até os anos vinte que não trouxeram grande desenvolvimento a Portugal pela falta de mobilização portuguesa. Barros (1920: 8), assumindo-se um português comprometido com a

nação e tecendo considerações oportunas ao pensamento da época, afirma:

Se realmente fizéssemos esse exame de consciência (a guerra forçava os povos a rigorosos, a severos exames de consciência), - políticos, jornalistas, escritores, homens de finanças e homens de negócio, operários e patrões, educadores e chefes de família, velhos e novos – chegaríamos logo a este ponto de vista, conhecido e comum - que há em Portugal um problema primordial a resolver, o problema da Ordem: Ordem nas inteligências, nos sentimentos, no trabalho, nas aspirações individuais e coletivas. Toda a gente diz isto mesmo? É fato, mas muita gente esquece que é preciso descer mais fundo na observação da vida portuguesa – e compreender que o problema da ordem é fundamentalmente problema de educação. De educação e instrução. Problema que exige, em quem o queira resolver, uma doutrina assente e uma orientação segura. Sem falar, é claro, nas qualidades de energia, de fé patriótica e de persistência, que devem ser comuns a todas as iniciativas de caráter nacional.

Extensa gama de problemas assolava Portugal. A situação financeira era caótica, recebia-se capital estrangeiro (inglês, francês, alemão, belga) o que tornava o país pouco mais do que uma colônia. Pouco desenvolvimento industrial, crise internacional e especulação desenfreada, crescente inquietação social e política levam ao fim da República Democrática. No que tange às questões linguísticas, convém que se afirme, com Silva (2012: 1), que o “... crescimento do mercado editorial, com a incrementação das relações internacionais e, sobretudo, com a intensificação das trocas literárias entre Brasil e Portugal...” ocasionou

todo um processo que objetivava estabelecer a unificação ortográfica entre as duas principais nações falantes do português. Na verdade, grande parte dos autores brasileiros representativos da época escrevia pela ortografia corrente em Portugal, já que suas obras ou eram publicadas e corrigidas na antiga metrópole (como as de Coelho Neto), ou apresentavam uma preocupação com o público leitor português, lançando mão - a par da ortografia portuguesa - de variegados lusitanismos (como as de João do Rio). Mas isso, evidentemente, não resolvia o problema das variações de grafia, que acabaria engendrando, em ambos os países, uma verdadeira questão ortográfica.

A par das questões ortográficas, formaram-se os indivíduos do XX com foco na Gramática e na Filologia, esta última no seu sentido

próprio, isto é, a interpretação de textos, considerada como uma das artes mais difíceis: a arte de ler. Assim, tinha-se como papel para a Filologia a determinação do conteúdo de um documento que utiliza uma língua humana. O filólogo, dessa forma, deveria, de acordo com Malmberg (1971: 17), “conhecer a significação ou a intenção daquele cuja palavra se conservou por escrito.” Além disso, o filólogo deveria conhecer a cultura e o contexto de onde o documento se originou, compreendendo as condições que permitiram sua existência.

À ciência da linguagem, cabia o papel de fornecer subsídios sobre os sons, as estruturas morfológicas, as construções sintáticas e os elementos semânticos, com o objetivo de organizar um conjunto de meios para se chegar ao sentido que a palavra escrita ou falada continha, assegurando uma interpretação exata de acordo crença da época. Nesse sentido, recorria-se também à gramática dos antigos, ao culto pela arte de bem escrever e de bem falar, por isso com fins normativos ou, ainda, com pretensões de desvendar as leis gerais do pensamento humano.

No que tange às questões linguísticas em geral, Portugal continuava sendo o polo irradiador da norma culta, considerada no Brasil como aquela que devia ser seguida pelos brasileiros, como a norma que refletia as variedades modernas do português europeu vigente. Dessa forma, percebe-se que as políticas linguísticas em vigor nas primeiras décadas do XX instauraram projetos nacionalistas, indicaram para a conservação do modelo linguístico em voga: a moderna teoria aplicada ao estudo gramatical brasileiro ao mesmo tempo em que se apegavam ao passado. (Bastos e Casagrande, 2002: 55)

Dessa maneira, estar em sintonia com as tendências linguísticas do início do século XX, significava entrosar-se à Filologia no que se refere a utilizar a língua como um meio para se lançar mão do método crítico-literário; à linguística no que se refere a servir-se do método histórico comparativo, do descritivo e do geográfico ou aos estudos gramaticais no que se refere à busca do estudo metódico da construção geral da linguagem e de sua constituição gramatical.

Traçou-se um novo esquema para a Ciência da linguagem, na década de 1920, de acordo com Melo (1981), pois o linguista e indo-europeísta francês Meillet (citado por Melo, 1981: 9) distinguiu a Linguística Geral (preocupada em estabelecer as leis gerais da linguagem humana) e a Linguística Histórica (preocupada em

estabelecer o estudo dos fatos linguísticos particulares, para conhecer as diversas línguas – nacionais ou locais, as diversas famílias de línguas, os inumeráveis dialetos), da qual faziam parte as disciplinas: Gramática Expositiva, Gramática Histórica e Gramática Comparada e Dialetoлогия. A partir disso, abandonou-se o termo Filologia Portuguesa e passou-se a adotar o termo Linguística Portuguesa para ao estudo científico do português.

O apego aos estudos históricos devia-se ao fato de as influências do século XIX estarem em vigência no início do século XX em que se apregoava que a Linguística tinha nascido da Filologia, dela não podendo prescindir. Assim em Portugal, os estudiosos das ciências da linguagem inspiravam-se em figuras importantes como José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que, com seu espírito investigativo, mostrou interesse pela filologia, fazendo um trabalho de severo escrutínio de fontes em seu arquivo de dados e produzindo a primeira grande síntese das variações diatópicas do português de Portugal. Em Publicações da Biblioteca Nacional de Lisboa, nas *Lições de Filologia Portuguesa*, de Leite de Vasconcelos (1926: 171), apresenta estudos acerca da Língua Portuguesa com enfoque histórico:

Os plurais em **-ões** e **-ães**, de que me ocupei à pag. 144 ss., não são os únicos arcaicos que perduram. Outro, e notável, é **males**, de **mal**. O plural dos nomes em **-al**, forma-se com **-aes**, que soa **-ais**; a base está no latim **-ales**: cfr **aequales**>**iguais**; mas entre o lat. **-ales** e o port. hodierno **-ais** houve o port. pré-histórico **-ales**, que não passa de continuação do tipo latino. Por isso **males** representa um arcaísmo.

Também Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) deve ser lembrada pelos estudos filológicos realizados na mesma época com tratamento completo de todos os dados o que a tornou comparável a Leite de Vasconcelos. Por sua importância, mesmo sendo uma mulher, em 1911, foi eleita para a Academia das Ciências, o que causou descontentamento aos seus pares na época.

Alcançar o progresso, no período em questão, significava para Portugal seguir os parâmetros anglo-franco-germânicos e para o Brasil aproximar-se dos padrões europeus, no que se diz respeito à cultura e às questões pedalinguísticas, apresentando-se como nações modernas. Dessa maneira, em todas as esferas, dava-se lugar ao enaltecimento do cosmopolitismo, identificado com a vida e os padrões europeus e valores burgueses.

Apesar dos desacertos, algumas realizações pontuais elevaram o nível cultural de Portugal, a saber: a abertura de salas de leitura infantil, as bibliotecas públicas, a instituição da imprensa livre, o incremento do movimento literário com tendência nacionalista. Paralelamente no Brasil, após a Constituição Republicana¹ que se alicerçava sobre princípios democráticos liberais, sublinhando os direitos e garantias do indivíduo, visando à igualdade social e ao laicismo, houve pouco desenvolvimento para a maior parte da população brasileira que era analfabeta nos anos da Primeira República, época em que a marginalização popular e a tentativa autoritária predominavam num Estado forte e antiliberal, que vivia um liberalismo de fachada em tempos de apogeu cafeeiro.

Em Portugal, em 1930, de acordo com Bastos e Palma (2010: 151) foram extintas a Faculdade de Letras e a Faculdade Técnica do Porto, a Escola de Farmácia de Coimbra, a Faculdade de Letras e a Faculdade de Direito de Lisboa, por conta dos líderes que se sucederam na Presidência: Antônio Carmona, Francisco Craveiro Lopes e Américo Tomás, todos seguidores fiéis de Oliveira Salazar e colaboradores para a manutenção do regime por meio de medidas repressivas sobre os estudantes e os professores, que foram expulsos da universidade, impedidos de prosseguir nos seus estudos ou demitidos sob vários pretextos.

Na mesma época, no Brasil, Washington Luís Pereira de Souza (1869-1959) assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1926, sendo deposto em 1930, quando as forças de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba se chocaram. Venceu Getúlio Vargas e fundou-se o Brasil moderno, ainda dependente das produções intelectuais de Portugal e em fase de transformação na busca de sua identidade. Mencione-se a grande importância dos modernistas não só na afirmação de uma cultura brasileira, mas também na consolidação de especificidades linguísticas nacionais. Durante a Semana da Arte Moderna, nas palavras de Bastos e Nunes (2003: 95), conduziram-se várias realizações que provocaram inúmeras mudanças nos novos cidadãos brasileiros. Por exemplo: Mário de Andrade passou uma década compilando realizações linguísticas por todo o território nacional objetivando apontar a independência linguística constituída no Brasil e, como fruto de seu

¹ A Constituição Brasileira foi promulgada em 1891 e esteve em vigor durante toda a República Velha, com apenas uma alteração em 1927.

trabalho, escreveu sua “Gramatiquinha” que traz descrições acuradas sobre o português do Brasil e foi comentada e publicada por Pinto (1991).

Em 1931, Portugal e Brasil firmaram um acordo ortográfico que, segundo Melo, era “cheio de defeitos de ordem técnica e deficiente, mas enfim aceitável, porque era fundado no sistema de Gonçalves Viana 1840 1914 e, de modo geral, se conformava à pronúncia dos dois grandes povos de língua portuguesa”. (1981: 165)

Em Portugal, já na década de 50, houve as campanhas de educação de adultos, a efetivação da escolaridade obrigatória, a expansão do sistema universitário, beneficiando a expansão econômica do País e o aumento da matrícula de alunos. No Porto, reapareceu a Faculdade de Letras e surgiram as cidades universitárias de Coimbra e Lisboa, com a criação de bons laboratórios e centros de investigação. No entanto, silenciaram-se as organizações estudantis e as atividades pós-universitárias eram submetidas ao Instituto de Alta Cultura, orientado politicamente e discriminatório. Institui-se a Fundação Calouste Gulbenkian sempre com a intervenção do Governo. Em relação a correntes progressivas do espírito, a ação da censura fez-se sentir constantemente, contrariando a elite cultural.

Durante a década seguinte, de acordo com Saraiva, (2001: 537)

a oposição nos setores intelectuais radicalizou-se e orientou-se num sentido de esquerda. A política cultural do Governo era objecto de críticas e a partir de 1960 poucos escritores deixaram de alinhar contra o regime. Conflito grave foi o que conduziu por essa época a dissolução de ter agido por razões políticas ao atribuir um prémio literário a um autor angolano acusado de comprometimento nos movimentos já então em curso contra a soberania portuguesa.

As questões ultramarinas que alimentavam a ideologia nacionalista no sentido da consciência de grandeza e até de orgulho de ser português, davam ao governo salazarista a possibilidade de uso do slogan: “Portugal não é um país pequeno” e da crença, por meio do Artigo 2º da Constituição de 33, de que “*é da essência orgânica da nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas neles compreendidas*”. No entanto, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o anticolonialismo, por interesse das duas superpotências vencedoras, foi consagrado como princípio fundamental da Carta das Nações Unidas e as colônias iniciaram seus movimentos de independência

aceite pelas grandes nações coloniais: Inglaterra, França, Bélgica e Holanda.

Nesse contexto, as políticas pedalinguísticas levadas avante por Portugal e Brasil enfocaram paralelamente as políticas linguísticas e a sua aplicação pedagógica. As atividades de planificação linguística conduziram as autoridades governamentais competentes à promulgação de uma política linguística e de uma política educacional que se apresentaram unidas, para efeito de análise em nosso caso, numa política pedalinguística, conforme já mencionado. Implantaram-se, assim, novos rumos para os estudos de Língua Portuguesa, acarretando a mudança linguística, o seu desenvolvimento e a sua modernização, bem como a estandarização, a reforma, a revivificação e a morte de uma língua e, paralelamente, a alteração de currículos, disciplinas, conteúdos a serem preparados pelas escolas a fim de que se seguissem as novas diretrizes estipuladas pelos governos.

Consideramos os dois países como parte integrante de um sistema sócio-linguístico-cultural, realizadores dos modelos nativos da língua materna em transformação desde o século XII, passando-se pela gramatização do português. Assim, firmou-se a Língua Portuguesa como uma língua pluricêntrica, falada na Europa, na África, na Ásia e na América do Sul, com uma riqueza de variedades lexicais, morfológicas, sintáticas, semânticas pragmáticas e discursivas.

Durante o século XIX, definiu-se a oficialização da Língua Portuguesa no Brasil que se senhoreou de todo o território nacional, sofrendo influências de todas as nações hegemônicas da Europa, principalmente França e Inglaterra. Viveu o século XIX, dos galicismos e dos anglicismos nas zonas urbanas brasileiras, o que enriqueceu, sobremaneira, o léxico português modalidade brasileira. Esse Português, caldo de cultura europeia, africana, asiática e americana, chegou ao século XX para se mesclar ainda mais, com a vinda de imigrantes para o Brasil, os alemães, os italianos, os espanhóis, os portugueses, todos em busca do “Eldorado”, vindo a ser colaboradores da formação da modalidade brasileira da Língua Portuguesa, em todos e diversos estados brasileiros.

Devemos, ainda, mencionar, que a afirmação vigorosa de sentimento nacional e nacionalista europeu deu-se no século XIX, pois, segundo Maffesoli (2004: 14):

As diversas particularidades regionais, as especificidades locais, os vários dialetos, os usos e costumes, os estilos de vida e até as

instâncias de gestão ou governo provinciais foram aos poucos esvaziados, suprimidos, em prol dos Estados nacionais e de seus órgãos representativos.

Esses Estados preocuparam-se com as diversas esferas de poder, visando ao desenvolvimento. Dessa maneira, à luz da Academia das Ciências de Lisboa que desempenhava papel ímpar no concernente às Ciências Exactas, às Naturais e Humanas, às Tecnologias e à Economia, propiciando o desenvolvimento do estado científico e cultural do país e apresentando um rico património museológico (que veio a ser o Museu Nacional de Arqueologia, animado por José Leite de Vasconcellos), no Brasil, houve manifestações, no século XIX, a favor da criação de uma academia literária nacional. Assentada nos moldes da Academia Francesa, fundou-se a Academia de Letras, instituição privada independente intitulada Academia Brasileira de Letras, tendo sido aclamado presidente Machado de Assis.

A preocupação com a Língua Portuguesa, bem nacional supremo, acima dos dialetos e jargões, impôs-se, no século XX, assim como o seu ensino. Segundo Mira Mateus (1987: 88),

A preocupação pedagógica de transmitir o “bom” uso de uma língua, oral e escrita, seguindo as normas consideradas socialmente preferíveis faz parte da tradição greco-latina que constituiu o modelo de gramáticas estudadas nas escolas portuguesas (e europeias em geral) até as primeiras décadas do século XX.

Em início do século, em Portugal, Gonçalves Viana encabeçou uma comissão composta por eminentes personalidades entre elas: Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Leite de Vasconcellos. Executou-se, então, a primeira reforma ampla e simplificada da língua portuguesa que acabou servindo de modelo para as posteriores.

A citada reforma causou uma polémica por atingir os nacionalistas brasileiros que nela não perceberam menções à situação ortográfica do Brasil que começava a apregoar suas características linguísticas. Segundo Silva (2012: 2) a falta de qualquer referência à situação da ortografia no Brasil

... revela o sentido de unilateralidade com que se concebeu o projeto. Assim, é possível que este descaso tenha atingido nossas susceptibilidades nacionais, senão naquele exato instante, com certeza posteriormente, quando uma série de obras mais ou menos panfletárias em favor dos brasileirismos e das características de

nosso falar foram escritas, como um livro em que Taunay escreveria contra a terceira edição do Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1923) de Cândido Figueiredo, um dos membros da comissão de 1911. Medeiros e Albuquerque, por exemplo, levado por um incontestável impulso nacionalista, afirma ter a Reforma Ortográfica portuguesa se inspirado na proposta anterior da Academia, o que dava ao Brasil o privilégio da precedência nesse campo, fato aliás defendido, anos depois, pelo também acadêmico Gustavo Barroso.

Em ambas as décadas de 1920 e 1960, os estudos da Língua Portuguesa eram um valor burguês, juntamente com os estudos de Latim, língua clássica, e outras disciplinas julgadas importantes para o desenvolvimento dos alunos que tinham acesso à escola. Tal ensino era feito a partir de vários compêndios dentre os quais o aqui selecionado entre os portugueses: *Gramática Sintética da Língua Portuguesa* de Cândido Figueiredo (1920) e entre os brasileiros: *Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira* de Cândido de Oliveira (1960) e *Gramática fundamental da língua portuguesa* de Gladstone Chaves de Melo (1968).

As ideias linguísticas nas obras de Figueiredo, Oliveira e Melo

A “Razão do livro” *Gramática Sintética* de Cândido de Figueiredo (1920) aponta para os tratados gramaticais já consagrados em Portugal, citando figuras importantes, entre elas, Caroline Michaëlis, José Leite de Vasconcellos e J. J. Nunes, com seus trabalhos glotológicos e, em seguida, menciona os trabalhos realizados no Brasil por notáveis gramáticos, entre eles: Júlio Ribeiro, Freire da Silva, Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Eduardo Carlos Pereira, Ernesto Carneiro Ribeiro e Clemente Pinto, ressaltando, ainda, brilhantes cultores das letras brasileiras como Rui Barbosa, Said Ali e Otoniel Mota.

Surge a questão: – *Se há muitas e bem conceituadas Gramáticas da língua portuguesa nos dois países irmãos, em que essa língua se fala, para que se há de fazer a publicar nova gramática?* (Figueiredo 1920: 7) e duas respostas são apresentadas: a primeira diz respeito à ortografia autorizada em 1911 que não está contemplada na totalidade em compêndios de gramática e a segunda refere-se à insatisfação sentida em relação às gramáticas já elaboradas por autores que merecem apreço e respeito.

Sua intenção é suprir as lacunas apontadas quanto à ortografia e quanto à explicação dos fenômenos linguísticos, o que é uma preocupação do professor exercendo seu papel junto aos seus possíveis alunos. Cumpre salientar que, desde a primeira gramática portuguesa, “anotada” por Fernão de Oliveira, seguida da de João de Barros, está presente o cunho pedagógico paralelamente ao linguístico, por se referirem a obras gramaticais que descrevem a Língua Portuguesa deixando surgir a intenção de ensinar aos meninos nobres e aos gentios. Esta preocupação não se dissipa durante toda a história das gramáticas portuguesas, quer em Portugal, quer no Brasil, sendo a obra que ora analisamos mais um exemplo.

Cândido Figueiredo (1920) percebeu a posição dos portugueses apegados à tradição e a dos brasileiros em busca da brasilidade e considerou a importante presença dos gramáticos brasileiros na descrição da Língua Portuguesa pertencente aos *dois países irmãos*. Assim, seus objetivos eram contribuir para a vulgarização da ortografia oficial; deduzir dos fatos da linguagem ensinamentos que os gramáticos não registraram; tornar prática a doutrinação gramatical e expô-la em linguagem “chan”², acessível a professores e alunos. Consciente de seus objetivos, Figueiredo (1960: 11) criticou as diretrizes educacionais no que se refere aos programas de ensino:

Mas o autor não conhece programas que o satisfaçam; e a vária fortuna a que eles estão sujeitos, a oscilação a que os obriga a diversa orientação dos **programógrafos** e a pena de aço que faz e desfaz Portarias, são coisas que se não conciliam com trabalhos conscienciosamente científicos e com independência de critério, que deve presidir às locubrações de quem se preza.

E, contudo, é lícito supor que o professorado oficial, primário e secundário, embora ilaqueado pela letra dos programas, não ponha de parte os processos e doutrina da **Gramática Sintética**, e queira

² De acordo com IDicionário Aulete, “chan”, com a grafia atual “chã” significa simples, direto (língua chã), além de: - Desprovido de saliência ou de reentrância; PLANO; LISO: “(...) terra mui chã (...)” (Pero Vaz de Caminha, *Carta a El-rei D. Manuel*); - Raso, rasteiro; - Tranquilo, sereno (mar chão); Sem importância (discurso chão); COMUM; VULGAR; TRIVIAL; - Pej. Baixo, vulgar, maldoso (comentário chão) - [Fem.: chã.] – Consulta em 14 de junho de 2012.

http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&pala_vra=ch%E3o

experimentar o que ela pôde dar na escola, se ao professor aprofuerem aqueles processos e doutrinas.

Seguindo suas crenças, Figueiredo (1920: 17), nas Preliminares de sua Gramática Sintética, afirmou que “Gramática é a arte de exprimir o pensamento por meio da palavra falada ou escrita, e segundo regras deduzidas da prática legítima ou autorizada; ou, antes, a exposição metódica dos fatos da linguagem”. Em seguida, dividiu a gramática em três Partes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe das quais nos interessa particularmente a Morfologia definida como o estudo das formas vocabulares, que constituem a linguagem. Divide-se a Segunda parte em dois capítulos, sendo o primeiro capítulo: *Organização das palavras* com três Secções: I – Derivação; II – Composição; III – Vocábulo homólogos e o segundo capítulo: *Partes gramaticais da oração* com dez secções: Secção I – Nomes substantivos (Subsecções: I – Gênero dos substantivos; II – Número dos substantivos; III – Graus dos substantivos); Secção II – Nomes adjetivos (Subsecções: I – Gênero e número dos adjetivos; II – Graus dos adjetivos); Secção III – Nomes numerais; Secção IV – Pronomes; Secção V – Artigos; Secção VI – Verbos (Subsecções: I – Conjugações modelares; II – Verbos auxiliares; III – Verbos passivos e pronominais; IV – Verbos defectivos; V – Verbos irregulares; VI – Outras hipóteses verbais; VII – Particípios duplos); Secção VII – Advérbios; Secção VIII – Preposições; Secção IX – Conjunções; Secção X – Interjeições.

Arroladas as classes gramaticais no segundo capítulo da Morfologia, cumpre-nos retornar as já apontadas influências de Cândido de Figueiredo, verificando quais as propostas apresentadas em fins do século XIX e início do XX, período em que os estudos de Língua Portuguesa estavam voltados para a filologia, assim percebemos que faz menção a três autores que se dedicaram à elaboração de obras glotológicas influenciados pelo comparativismo: Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcellos – *Lições de filologia portuguesa* (segundo as Prelecções feitas aos cursos de 1911-12 e de 1912-1913), José Leite de Vasconcellos Cardoso Pereira de Melo - *Lições de Philologia Portuguesa* (1911) e José Joaquim Nunes - *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (1919). Paralelamente a esses autores portugueses, foram mencionados trabalhos realizados por portugueses, entre eles: Epifânio Dias³ e Adolfo Coelho e os

³ Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), português, publicou a *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos*

brasileiros, entre eles: Júlio Ribeiro e Maximino Maciel nos quais nos deteremos.

Em 1887, Maximino Maciel publicou a *Grammatica Analytica* (publicada posteriormente com o título: *Grammatica descriptiva, baseada nas doutrinas modernas*), o que se considera um indício de que o interesse pelos estudos do Português, desvinculado de Portugal, já começava a acontecer e o empenho pela gramatização brasileira da língua era atestado pelo número de gramáticas aqui editadas, que datam daquela década como as de Júlio Ribeiro e do próprio Maximino Maciel. Houve, em relação aos estudos da linguagem, a ocorrência de mudanças paradigmáticas no campo científico e, entre os autores mais citados como fontes inspiradoras, temos, dentre outros: Max Muller⁴ – *La science du langage*; Adolfo Coelho – *A lingua portuguesa e o próprio Júlio Ribeiro – Gramática Portuguesa (1881)*.

O envolvimento dos autores da época com Portugal e França, de onde emanam as tendências linguísticas que se desenvolvem no Brasil octocentista/novecentista, é declarado explicitamente ao se mencionarem as bases da gramática, assentada nas doutrinas modernas, segunda metade do século XIX: método comparativo e

lyceus, Porto, 1870 e a *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria*, Porto, 1876.

Francisco Adolpho Coelho (1847-1919), português, autodidacta, crítico e compilador de obras nos domínios da etnologia e da pedagogia e, ainda, com interface com a antropologia. Em 1878, tornou-se professor no Curso Superior de Letras (a partir de 1911, Faculdade Letras de Lisboa) da cadeira de Linguística Geral Indo-européia e especial românica, assinada por ilustres intelectuais. Já em 1868, publicara Adolfo Coelho *A lingua portugueza. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Autor de grande importância para a linguística, seu ideário linguístico teve papel fundamental na introdução de informações teóricas sobre a ciência da linguagem., não publicou gramáticas, mas estudos sobre descrições do português e seu ensino como a obra *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858*, Coimbra, 1900.

⁴ **Friedrich Maximilian Müller** (1823–1900), alemão, professor em Oxford e membro correspondente do Instituto de França. Publicou a obra *La science du langage*. Paris: Durant et Pedone Lauriel, 1867. 10^o ed., 530 p., em que abordava as tendências da época, a saber, a filologia é uma ciência natural ou física, regida por leis invariáveis como a rotação dos astros, axioma seguido pela maioria dos estudiosos da linguagem.

Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), brasileiro, conhecedor das línguas clássicas e modernas, foi professor de Latim e de Retórica e publicou, como jornalista, seus estudos sobre filologia, arqueologia e erudição em geral. Grande filólogo, procurou ajustar o rigor lusitano da língua aos moldes do linguajar nativo, demonstrando postura avançada no sentido de perceber a dinamicidade da língua portuguesa no Brasil.

questões de gramática (com padrão inalterável). Nos dizeres de Basto, Brito e Hanna (2006: 51),

o cotejo das regras das línguas modernas com as regras que predominavam no período da formação dessas línguas leva ao conhecimento da transformação dessas línguas pela ação do povo e dos poetas e prosadores que enriquecem um idioma por meio do aumento de seu cabedal e da dotação de outros vocábulos mais expressivos e de locuções elegantes e sonoras.

Em meio às questões apontadas acima, cite-se a Morfologia, alterada por Maximino, que diferia em pontos de Júlio Ribeiro (1911: 355) que, na Parte Primeira do livro *Lexeologia*, apresentava a divisão em dois livros: 1) Elementos *materiaes* das palavras (com as partes: *Phonetica, Prosodia e Orthografia*) e 2) Elementos *morphicos* das palavras (com as partes: *Taxeonomia* – oito categorias gramaticais; *Kampenomia ou Ptoseonomia* – conjunto de leis que presidem a flexão das palavras e *Etymologia* – derivação das palavras vindas de diversas línguas). Maximino (1916: 70), então, elabora a seguinte divisão: Fonologia (*Fonética; Fonografia; Prosódia e Ortografia*); Lexiologia (*Morfologia; Taxinomia e Etimologia*); Sintaxologia (*Relacional; Fraseológica e Literária*) e Semiologia (*Semântica e Tropologia*).

Num quadro comparativo, temos:

GRAMÁTICA						
Júlio Ribeiro		Maximino Maciel		Cândido de Figueiredo		
Parte Primeira do livro: Lexeologia		Fonologia	Fonética Fonografia Prosódia Ortografia	Morfologia	Organização das palavras	Secções: I – Derivação; II – Composição; III – Vocábulos Homólogos
Livro Primeiro: Elementos materiaes das palavras	Phonetica, Prosodia e Orthografia	Lexiologia	Morfologia Taxinomia Ptoseonomia Etimologia		Partes gramaticais da oração	Secções: I – Nomes substantivos; II – Nomes adjetivos; III – Nomes numerais; IV – Pronomes; V – Artigos; VI – Verbos; VII – Advérbios; VIII – Preposições; IX – Conjunções; X – Interjeições.
		Sintaxologia	Relacional Fraseológica Literária			
Livro Segundo: Elementos morphicos das palavras	Taxeonomia (8 categorias gramaticais); Kampenomia ou Ptoseonomia (conjunto de leis que presidem a flexão das palavras e Etymologia (derivação das palavras vindas de diversas línguas)	Semiologia	Semântica Tropologia			

Observadas as influências de Cândido de Figueiredo na divisão das partes da gramática em que elimina o termo Lexiologia, podemos expor que as categorias gramaticais passaram a ser dez, com acréscimo dos numerais considerados em Ribeiro (1911: 62) como adjetivo determinativo ou limitativo. Diverge a terminologia no que concerne ao substantivo, ao adjetivo e ao numeral, chamados por Figueiredo (1920: 54) nomes substantivos, nomes adjetivos e nomes numerais que pertencem aos variáveis juntamente com os pronomes, os artigos e os verbos; sendo os invariáveis, os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições. Acrescente-se um conceito sobre as palavras ditas como constituintes de uma oração ou de um discurso, entendido como um conjunto de ideias sobre certo assunto organizadas por meio da linguagem de forma a influir no raciocínio, nos sentimentos do interlocutor.

Após quarenta anos, no Brasil, aproximam-se os conceitos relevantes constantes da *Gramática Sintética* de Cândido de Figueiredo (1920) aos conceitos constantes da *Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira* de Cândido Oliveira (1960: 16) que buscam, numa política pedalingüística, “uma terminologia simples, adequada e uniforme”, para atender a três aspectos: a) *exatidão científica do termo*; b) *a sua vulgarização internacional*; c) *a sua tradição na vida escolar brasileira*. A *PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959* dava instruções, determinando ordens a saber:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira,

RESOLVE

Art. 1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º - Aconselhar que entre em vigor:

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos que realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

CLÓVIS SALGADO

A Comissão mencionada era composta pelos filólogos e linguistas: Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Ferreira da Cunha e Carlos Henrique da Rocha Lima, que tiveram como assessores: Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia e propunha a seguinte divisão para a gramática: três partes - fonética, morfologia e sintaxe. Em Oliveira (1960: 24), a Morfologia das palavras era constituída de três itens: a) quanto a sua estrutura e formação (elementos estruturais dos vocábulos e processos de formação das palavras); b) quanto a suas flexões (palavras variáveis e invariáveis) c) quanto a sua classificação (dez classes gramaticais).

Seguem-se, a partir desse estado de coisas, as determinações da NGB que fora uma reforma acontecida em consequência de uma crise da gramática que, segundo Melo (1970) estava sendo maltratada, acrescida de regras inventadas, complicada em suas definições e subdivisões, ficando distanciada da língua. Pontifica que a fórmula certa para se aprender Língua Portuguesa seria a de fazer discernir a relação existente entre o pensamento e a sua expressão, segundo a capacidade de compreensão de cada idade, por meio da observação direta e da discussão dos fatos da língua-padrão apoiados nas doutrinas a que se filiam: Linguística e Filologia modernas, considerando-se modernas, ainda, algumas influências dos autores do início do século XX, como a presença da tendência estruturalista que teve entrada no Brasil a partir de 1968. Passa-se, então, a uma gramática como sistematização dos fatos contemporâneos de um aspecto da língua ou de um uso (o culto), uma vez que a língua viva apresenta diversidade de aspectos e usos, determinados pelas circunstâncias concretas da comunicação linguística. Considere-se que, a partir de então, o tratamento dado às classes gramaticais não apresenta alterações significativas.

Dessa forma, tendo procedido a uma leitura da segunda metade do século XIX, com vistas ao início do século XX; tendo

enfocado documentos produzidos por Cândido Figueiredo (1960) e Cândido Oliveira (1920) e Gladstone Chaves de Melo (1968), autores representativos do período e tendo introduzido aproximações modernas do vocabulário técnico para apreciação dos textos analisados, seus conceitos e teorias, na busca das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições, pode-se afirmar que a consideração dos fatores linguísticos e extralinguísticos que marcam o modelo centrado no progresso por acumulação levou-nos a uma melhor compreensão dos fenômenos sócio-linguístico-culturais da época em questão. Tais procedimentos conduziram-nos, com o apoio nos princípios teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, à descrição e à explicação dos conteúdos de doutrina linguística, no que tange às classes gramaticais, ajustando o rigor lusitano em relação à Língua Portuguesa aos moldes do linguajar nativo, o que revela grande avanço na direção da dinamicidade dessa língua no Brasil.

Sabendo que conhecer é um imperativo para a nossa capacidade de estabelecer julgamentos, acreditamos que, por meio do percurso historiográfico empreendido, pudemos conhecer as classes gramaticais relacionadas às questões educacionais e linguísticas no período selecionado, exercitando a capacidade de questionamento e julgamento dos fundamentos vigentes na atualidade.

Finalizando, asseguramos que, por meio de especulações historiográficas, encontraram-se três autores envolvidos com Portugal e Brasil, vinculados a tendências linguísticas que se desenvolveram nos anos oitocentos/novecentos, donde concluímos que existe a declaração explícita sobre as bases das gramáticas, assentadas em doutrinas modernas de duas épocas diversas: passando-se, num primeiro momento, por posturas filológico-comparativas e, num segundo, pelas mesmas posturas acrescidas pelos fundamentos da linguística estruturalista, adaptando-se ambos ao padrão inalterável da gramática.

Bibliografia

Fontes impressas - Primárias

Figueiredo (1920): Cândido de Figueiredo, *Gramática Sintética da Língua Portuguesa*. 3ª edição, corrigida e aumentada, Lisboa, Livraria Clássica e Editora de A. M. Teixeira.

Melo (1968): Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Oliveira (1960): Cândido de Oliveira, Nova *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 3ª edição. São Paulo, Luzir.

Fontes impressas – Secundárias

Barros (1920): João de Barros. *O problema educativo português: ensaio crítico*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

Bastos, Brito e Hanna (2006): Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos; Regina Helena Pires de Brito e Vera Lúcia Harabagi Hanna) “Gramaticografia novecentista: raízes maximinianas”. In Bastos e Palma (2006): Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (org.) *História Entrelaçada 2 - a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – Lucerna; São Paulo: IP-PUC/SP.

Bastos e Palma (2010): Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma. “Estudos de língua portuguesa novecentista: os discursos pedalinguísticos em Portugal e no Brasil – 1900 a 1920”. In Bastos e Palma (2010). Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (Org.) *História Entrelaçada 4 - os discursos da produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna).

Bastos e Casagrande (2002): Neusa Barbosa Bastos e Nancy dos Santos Casagrande. “Ensino de língua portuguesa e políticas linguísticas: séculos XVI e XVII”. In Bastos (2002). Neusa Barbosa Bastos. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. 1 ed. São Paulo: EDUC, v. , pp 53-62.

Bastos e Nunes (2003): Neusa Barbosa Bastos e Élide Jacomini Nunes. “Uma incursão sobre a Gramatiquinha da Língua Portuguesa”. In Lopondo e Bastos (2003). Lílian Lopondo e Neusa Barbosa Bastos. (Org.). *Ensaio: língua e literatura*. 1 ed. São Paulo: Scortecci Editora, v. 1, p. 93-112.

Koerner (2007): Konrad Koerner, “La Historiografía de La Lingüístico. Pasado, Presente, futuro”. In Dorta, Corrales y Corbella (2007): Josefa Dorta; Cristóbal Corrales, y Dolores Corbella, (Eds.). *Historiografía de La lingüístico en el ámbito hispánico: fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid, Arco Libros, S.L., pp 15-56.

Luna (2011): José Marcelo Freitas de Luna. “Influência da Segunda Guerra no ensino de português como língua estrangeira no Brasil e

- nos Estados Unidos: por uma historiografia da educação linguística". In *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 14, n. 2, p. 139-149, maio./ago.
- Maffesoli (2004): Michel Maffesoli. *Notas sobre a pós-modernidade. O lugar faz o elo*. Rio de Janeiro; Atlântica.
- Malmberg (1971): Bertl Malmberg. *As novas tendências da linguística*. Rio de Janeiro: Nacional.
- Marques (2003): António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques. *Breve história de Portugal*. 5ª ed. Lisboa, Editorial Presença.
- Maciel (1887): Maximino Maciel (1887) *Grammatica Analytica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Maciel (1916). Maximino Maciel. *Grammatica descriptiva, baseada nas doutrinas modernas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Melo (1981): Gladstone Chaves de Melo. *Iniciação à linguística e à filologia portuguesa*. 6. ed. rev. e melhorada. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- Mira Mateus (1987): Maria Helena Mira Mateus. "A ciência da linguagem em Portugal". In GAGO, José Mariano. *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinto (1991): Edith Pimentel Pinto. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade texto e contexto*. São Paulo, Duas Cidades.
- Ramos (1991): Maria Ana Ramos. "Palavras entre filólogos: uma carta de Leite de Vasconcellos a Carolina Michaëlis". *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, pp. 143-158.
- Ribeiro (1911): Júlio Ribeiro. *Grammatica Portuguesa*. 12ª ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.
- Saraiva (2001): José Hermano Saraiva. *História de Portugal*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa – América.
- Swiggers (2009). Pierre Swiggers. "La historiografía de la linguística: apuntes y reflexiones". In *Revista argentina de historiografía lingüística*, 1, 1, 67-76.
- Vasconcellos (1926): José Leite de Vasconcellos. *Lições de Filologia Portuguesa*. 2ª ed. (Melhorada). Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

Fontes digitais

Silva, Maurício. "Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil". [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5\(15\)58-67.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(15)58-67.html). Consulta em 28 de abril de 2012.

Rodrigues, Maria Manuela P. F. Rodrigues. "A educação do operariado no dealbar do século XX". http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/MariaManuelaRodrigues_Texto.pdf. Consulta em 28 de maio de 2012.